

TRÊS OLHARES SOBRE A BALAIADA

Patrícia Aparecida Guimarães de Souza

Doutoranda em Literatura Brasileira - DLCV -FFLCH - USP

Introdução

Poucos anos após o desbaratamento da Balaiada, a revolta passou a ocupar espaço na história oficial do Império. Na sessão do 3º trimestre de 1847 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a obra de Domingos Gonçalves de Magalhães “A Revolução da Província do Maranhão - Desde 1839 até 1841 - Memória Histórica Documentada” foi anunciada com louvores, conforme o relato na revista do instituto (Tomo 9, 1847, p.425), e, no ano seguinte, foi publicada pela mesma.¹ Em 1850, o texto de Gonçalves de Magalhães recebeu uma resenha crítica de autoria desconhecida na *Revista Universal Maranhense* propondo a “correção” de alguns erros que a obra traria. Distante da forma historiográfica encontrada nesses dois textos, Gonçalves Dias, membro do IHGB e natural da cidade de Caxias, retratou os acontecimentos em poemas. Abordaremos, nesta apresentação, esses três olhares lançados sobre a Balaiada, enfatizamos a diferença do regime de verdade ao qual se ligam os dois primeiros e o último.

O IHGB, fundado em 1838, tinha como uma de suas funções criar uma história nacional que contribuísse para dar unidade ao imenso território do Império. Assim, congregava a elite econômica e literária do Brasil com os interesses do Estado, o qual era responsável por cerca de 75% das verbas da instituição (SCWARCZ, 2004, p. 126-127). Contudo, ao criar esta história, evitava desagavos com contemporâneos. Tinha como política não tornar públicos relatos de eventos recentes, como, por exemplo, o movimento de 1817 de Pernambuco. Isto demonstra que “A Revolução da Província do Maranhão. **Desde 1839 a 1841**” foi uma exceção (DANTAS, 2011, p.514). Certamente, o caráter étnico e popular tomado pela revolta foi essencial para esta posição, visto que, esse texto,

¹ Em 1872 e 1902, a revista também publicou “Notas diárias sobre a revolta civil que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos anos de 1838, 1839, 1840 e 1841” de José M. Pereira de Alencastres e “A Balaiada, 1839 : Depoimento de um herói do cerco de Caxias sobre a revolução dos balaios” de R. O. de Laangard Menezes, ambas de teor político e analítico muito próximos ao da primeira.

conforme afirma Luiz Felipe Alencastro, é um dos documentos que bem ilustram “o difícil processo através do qual a administração imperial, com o chicote numa mão e a legitimidade diplomática da coroa na outra, afirmou a necessidade histórica do Estado brasileiro” (1989, p.7).

No parecer dado à obra de Magalhães publicado pelo IHGB, lemos:

Raros são os trabalhos feitos sobre acontecimentos políticos por autores contemporâneos, que reúnam tantos requisitos de **exatidão e imparcialidade** como esse de que ora nos ocupamos. O seu autor achou-se colocado na mais feliz condição para bem observar os sucessos que narra, **sem alterá-los pelas paixões próprias** que comumente conturbam o juízo do historiador. **Estranho aos partidos**, que lutavam **nesse período calamitoso da história** da província do Maranhão, ele pôde apreciar o encadeamento de causas diversas que trouxeram consigo aquela **medonha explosão** da guerra civil e da **anarquia**, e distinguir a natureza e diversidade de elementos que a formavam. Secretário do governo, tinha a sua mão todos os documentos oficiais e peças autênticas, por onde era fácil chegar ao conhecimento apropriado a variedade das cenas, e da parte que representou cada ator neste **drama sanguinolento**. (Tomo 9, 1847, p.425)

Neste trecho, observamos a afirmação do ideal de imparcialidade do historiador, ao mesmo tempo em que se constrói a imagem de um governo central “neutro” frente os conflitos partidários, visto que os documentos oficiais e o olhar do secretário de Luís Alves de Lima e Silva (nomeado para ser presidente das províncias e chefiar a armada contra a revolta) são tratados como “imparciais”. Destacamos ainda os adjetivos utilizados para qualificar a revolta: “período calamitoso”, “explosão medonha”, “anarquia”, “drama sanguinolento”; que em si deixam clara a posição que o IHGB teve sobre a Balaiada. Apesar da obra ser vista como historiográfica dentro de uma perspectiva em que a história se distanciaria das paixões individuais para narrar fatos, observamos estratégias romanescas em sua produção, como a elevação de um herói destemido que concentra um sem número de qualidades e que surge em uma situação caótica para ordená-la, enfrentando inimigos bárbaros e cruéis.

Na já citada resenha, ainda que haja elogios a qualidade “histórica” do trabalho de Magalhães, afirma-se que ele teria se deixado influenciar por alguns relatos inverídicos e partidários. Esse texto serviu de prefácio à edição da “A Revolução da Província do Maranhão - Desde 1839 até 1841 - Memória Histórica Documentada” de 1858 e seu autor fez as notas que acompanham o relato no livro. O editor, na primeira página, afirma:

Desejoso de divulgar a memória histórica — A REVOLUÇÃO DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO — entre os meus comprovincianos, empreendi a sua reimpressão, e para dar-lhe maior valor, pedi a uma pessoa habilitada para que a enriquecesse de notas.

Se na parte meramente descritiva, e na crítica pode-se-lhe notar defeitos, não assim na histórica, em que seu autor esmerou-se sobremodo, e foi sempre baseado em documentos autênticos, que traçou os factos relativos ao movimento revolucionário (MATOS, 1858, p. VI).

Aqui, podemos observar, apesar da exaltação da neutralidade dos documentos, a relativização da neutralidade da obra e, por isso, a necessidade das observações do prefácio e da colocação de notas.

Nos poemas de Gonçalves Dias, encontramos referências à Balaiada de maneira direta em “Desordem em Caxias”, que tem como subtítulo “ano de 1839” de *Segundos Cantos*. Podemos inferir referências à revolta também nos poemas “Morro do Alecrim” e “A vila maldita, a cidade de Deus” de *Primeiros Cantos* – publicado em 1847. Nos três poemas observamos a descrição do sofrimento da população local diante do massacre de forma que revoltosos e forças de segurança aparecem vilanizados, ainda que, em “Morro do Alecrim”, os rebeldes sejam vistos como “bravos” e, em “Vila maldita, cidade de Deus”, o massacre leve a uma purificação do local. Destacamos que apenas “Vila maldita, cidade de Deus”, apareceu nas edições posteriores a sua primeira publicação. Em *Meditação*, prosa poética publicada durante o primeiro semestre de 1850 no jornal *Guanabara*, mas escrita entre 1845 e 1846 na cidade de Caxias, lemos uma reflexão sobre o peso da escravidão para o futuro do país. Essa reflexão ocorre através do diálogo entre um jovem e um velho, no qual o primeiro acredita que esta mácula pode ser superada através do patriotismo e o segundo tem uma visão pessimista de que a escravidão traria o desprezo pelo trabalho (livres o veriam como coisa de escravos e escravos o veriam como expressão de sua opressão), isto impediria o desenvolvimento do país. Nesta obra, também é apresentado o “perigo” da revolta de escravos que um dia poderiam não sucumbir mais à humilhação sofrida. O narrador também aponta criticamente para as revoltas que ocorriam no Brasil como obra da manipulação das elites.

Assim, ainda que partindo de experiências de escrita e leitura diversas, buscaremos observar as aproximações e dissonâncias entre esses autores na representação da Balaiada. Daremos enfoque à forma como foram retratados a província do Maranhão, sua população e a adesão as ideias liberais.

Descrições do Povo e da Província

A economia do Maranhão no século XIX se dividia entre áreas ligada às *plantations* de açúcar e algodão – voltadas ao comércio Atlântico e com a intensa utilização de mão de obra escrava – e áreas direcionada para o comércio interno de gado e áreas de matas. Segundo Luiz Felipe Alencastro, “Essa rachadura na geografia econômica maranhense abria-se na cidade de Caxias” e expressou-se na separação “Caxias – São Luís” e, respectivamente, “Maranhão – Rio de Janeiro” (ALENCASTRO, 1989, p.8). Além disso, como aponta Mathias Röhrig de Assunção, no interstício do algodão desenvolvia-se uma economia voltada à subsistência, da qual participavam ativamente indígenas aldeados, escravos alforriados ou quilombolas e emigrantes do sertão cearense (2011, p.209). Formando, dessa forma, um caldo de enorme diversidade social e de interesses econômicos na província.

Ao retratar a cidade de Caxias, Gonçalves Dias a apresenta como uma flor do deserto. Expõe, assim, o papel destacado da cidade e sua posição mais voltada ao interior que ao mundo atlântico:

Caxias, como és bela! – no deserto,
Entre montanhas, derramada em vale
De flores perenais,
És qual ténue vapor que a brisa espalha
No frescor da manhã meiga soprando
À flor de manso lago.

Tu és a flor que despontaste livre
Por entre os troncos de robustos cedros,
Forte – em gleba inculca;
És qual gazela que o deserto educa
No ardor da sesta debruçada exangue
À margem da corrente.

Não tens em mole seda oculto as graças,
Não cinges d’ouro a fronte que descansas
Na base da montanha;
És bela como a virgem das florestas,
Que vê nas águas desenhar-se as formas,
Firmada em tronco anoso. (CAMILO, 2016,140) ²

² Utilizamos nesta apresentação a reprodução de “Morro do Alecrim” feita por Vagner Camilo na seleção de poemas ligados à revolta das províncias em artigo para a Revista Teresa em 2016.

Mesmos sendo uma das maiores cidades do Maranhão, o poeta com utiliza expressões que remetem ao *locus amoenus* arcade para destaca sua simplicidade, aqui tida como um valor positivo, que se expressa na representação indianista da beleza da “virgem das florestas”.

Gonçalves de Magalhães não vê as mesmas qualidades na cidade que descreve como “a cidade do crime, o refúgio dos facinorosos, o domínio de pequenos bachás, que a seu grado decidiam das alheias vidas, estava acostumada a ver assassinatos todos os dias” (MAGALHÃES, 1858, p.33) e centra sua descrição no interior do Maranhão como um espaço incivilizado:

Seu terreno, posto que fértil, como o de todo o Império, é pouco cultivado; copiosas chuvas o regam desde dezembro até junho, e neste tempo pluvial, a que só por isso chamam inverno, ligam-se às vezes as semanas sem intermitência de um dia seco; alagam-se os campos, crescem os rios, que são muitos, e as estradas inundadas tornam-se de difícil transito: tal peste de febres se desenvolve em princípios e fins das águas, que somente os afeitos ao clima húmido e quente podem resistir. (1858, p.14)

Neste trecho observamos que, ao lado da qualidade que unificaria todo o império: o terreno fértil, ganham destaque as adversidades naturais da região. Desta forma, o autor constrói a imagem de um território inóspito em que se desenvolveriam pestes e onde apenas os “afeitos ao clima húmido” poderiam resistir, fazendo com que a qualidade inicial da terra fértil seja eclipsada por suas mazelas. Magalhães prossegue:

É o principal gênero da lavoura o algodão e arroz, para isso empregam numerosos braços de Africanos escravos, os quais são tratados com tão bárbaro rigor, que até o necessário sustento lhes negam: uma espiga de milho é o seu almoço, arroz e farinha o jantar, do mais lhes fornecem a rapina e a caça; andam nus ou cingidos com uma pequena tanga, salvas as poucas exceções; e por isso procuram os escravos subtrair-se ao jugo do senhorio. (1858, p.15)

A barbaridade da terra seria expressada pelo nível de maus tratos reservado aos escravos. Aqui podemos notar que a motivação das fugas seriam estes excessos e não a escravidão em si. Na resenha de autoria liberal, essa descrição é refutada:

Se os há tão bárbaros e perversos, que assassinam seus escravos sob o azorrague, e que lhes dão uma espiga de milho por almoço, não passarão de meia dúzia, ao passo que todos os outros tratam-nos paternalmente, e fa-los esquecer por momentos que vivem sob seu jugo. Nas províncias do sul, onde se lavra o café, quantos fazendeiros não ha que consideram o escravo máquina, e fa-los trabalhar noite e dia, calculando que em dois anos desforram o seu valor, sem se lhes dar de que pereçam ao depois de fadiga? (1858, p. X)

Mais uma vez percebemos a condenação dos maus tratos, mas não da escravidão em si. O autor realiza uma comparação com as províncias do Sul, de onde vinha Magalhães, para negar uma possível inferioridade da sua região, visto que os excessos estariam também presentes na cultura do café³. Apenas em *Meditação* de Gonçalves Dias vemos uma crítica da escravidão como um mal em si.⁴ O poeta, ao refletir sobre a impressão de um estrangeiro que chega ao Brasil, afirma:

Por isso o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império – consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros – porque julga que um vento inimigo o levou às costas d’África.

E conhece por fim que está no Brasil – na terra da liberdade, na terra ataviada de primores e esclarecida por um céu estrelado e magnífico!

Mas grande parte da sua população é escrava – mas a sua riqueza consiste nos escravos – mas o sorriso – o deleite do seu comerciante – do seu agricultor – e o alimento de todos os seus habitantes é comprado a custa do escravo! E nos lábios do estrangeiro que aporta ao Brasil, desponta um sorriso irônico e despeitoso – e ele diz consigo, que a terra – da escravidão – não pode durar muito; porque ele é crente, e sabe que os homens são feitos do mesmo barro – sujeito às mesmas dores e às mesmas necessidades. (1909, p.11)

Gonçalves Dias, desta forma, ao mesmo tempo que nacionaliza a questão – ela está em qualquer porto do império –, a escravidão é vista como uma ignomínia, pois ignora a igualdade de todos os seres humanos, aqui tomada como um princípio religioso: todos “são feitos do mesmo barro”.

Para Magalhães, outro sinal do atraso do Maranhão seria o pouco uso da tecnologia nas fazendas. Em sua descrição: “Tudo o que é colher sem martirizar a terra com meios de indústria adotam os srs. fazendeiros, pouco cuidadosos de melhorar a lavoura” (1858, p. 16). A afirmação é refutada nas notas pelo liberal maranhense que afirma que “assim não se sucede felizmente” e que alguns “patriotas” estudam a ciência agrícola e buscam introduzir as inovações europeias nas fazendas locais, citando até um exemplo (1858, p.16).

³ A ideia da existência de uma escravidão ‘boa’ foi recorrente no século XIX, como podemos ver no depoimento do representante de uma firma comercial, ao criticar a proibição do tráfico negreiro: “Antes bons negros da costa da África para **felicidade** sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que esquecida da sua própria casa deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado do nosso escravo **feliz**.” (NABUCO, 1997, p. 240, 241).

⁴ Em nota, Luiz Felipe Alencastro aponta para um texto de Gonçalves de Magalhães em que haveria uma crítica mais ampla da escravidão. Contudo, não é o discurso de “A Revolução da Província do Maranhão. (ALENCASTRO, 1989, p. 12)

Contudo, as notas sobre o trecho seguinte, em que Gonçalves de Magalhães descreve as pessoas que trabalham nas fazendas de criação de gado não tem o mesmo teor crítico e de defesa da população local. Lemos em Magalhães:

E por isso toda a província está coalhada de fazendas de criação de gado vacum, em cujo trato e para salga das carnes e couros se ocupam cardumes de homens ociosos, sem domicilio certo, pela maior parte de uma raça cruzada de índios, brancos e negros, a que chamam *cafuzos* (1), os quais são mui amantes d'esta vida meia errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa linguagem. São estes homens de índole cruel pelo hábito de pasturar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ócio ou com rixas. Desta gente bruta há grandes manadas nesta província, e assim nas do Piauí e Ceará, análogas a esta pelos usos e costumes. Muitos dos srs. fazendeiros, à imitação dos antigos barões, vivem sem respeito algum às autoridades, vingando-se por suas mãos de particulares insultos, e acoutam em suas terras os facinorosos que buscam o seu abrigo, e que em tudo se prestam às suas vindicias (2). De tal gente se escoltam e se fazem temíveis, e tão fácil lhes é ordenar um assassinato, como o negar uma dívida, ou ao menos não pagar aos credores, os quais por sua vez, si podem, não duvidam empregar os mesmos meios para haver os seus bens. Esta é a gente que incitada nos fez a guerra, é ela a que compôs o exército da rebeldia. (1858, p. 17)

A depreciativa descrição dos trabalhadores do campo perpassa a dicotomia da civilização e barbárie e critérios raciais. Tratando-se de mestiços, trariam dos brancos – “civilizados” – apenas a língua, se comportariam como “selvagens”. Também é reforçada a ideia de uma “má índole”, o que faria um povo “naturalmente” mau. Os proprietários das fazendas também se afastariam dos valores da civilização por não respeitarem as leis e agirem de acordo com critérios de vingança pessoais⁵. Para o historiador, estes homens comporiam o exército de rebeldes. Existe no texto uma divisão clara entre “eles” - rebeldes – e “nós” – forças imperiais. Também não deixa dúvidas de que o “nós” das forças imperiais são os brancos e o “eles” são a população mestiça, independentemente de ser escrava ou não.

As notas não se opõem a Magalhães, apenas afirmam que os cafuzos também são chamados de “sertanejos” ou “baianos” e que eles não eram mais comuns na província, mas que, no momento da revolta, haviam alguns em Caxias, Chapada, Pastos Bons, etc,

⁵ Ao tratar o cumprimento de leis superiores como forma de civilização, Magalhães não menciona que desde a primeira comunicação do líder da Balaiada, Raimundo Gomes, está presente a defesa da constituição, ferida com a lei dos prefeitos, como uma das pautas da revolta. Elemento fortemente trabalhado por Mathias Röhrig Assunção em seu já citado estudo.

demonstrando que o autor liberal também comunga da divisão expressa entre o “Nós” e o “eles”.

No poema “Morro do Alecrim” de Gonçalves Dias, a relação entre o “Nós” e o “eles” é invertida e a população de Caxias é vista de forma valorativa como herdeira dos indígenas da região, que também sofreram um massacre. Nele, o eu lírico clama a uma entidade superior que os vingue.

Mas não; a rubra cor que aí se enxerga
É sangue que correu;
Cada pedra que i jaz encerra a história
D’um bravo que morreu.

E raios mil de guerra em morte envoltos
Já lá do cimo agreste da montanha
Sibilando e gemendo à funda base
Baixaram sussurrando.

Independente e forte – em lide acesa
Na arena derramou;
E o filho inda lá vai cheio de orgulho,
Do pai beijando o sangue em largos traços
Que a pedra conservou.

(...)

Manitô – Manitô – cobriste o teu rosto
Com denso velâmen de penas gentis;
E jazem teus filhos clamando vingança
Dos bens que lhes deste da perda infeliz!

Manitô – Manitô – descobre o teu rosto,
Bastante nos pesa da tua vingança;
Já lágrimas tristes choraram teus filhos,
Teus filhos que choram tão grande mudança.

(..)

Teus filhos valentes, temidos na guerra,
No albor da manhã quão fortes que os vi!
A morte pousava nas plumas da frecha,
No gume da maça, no arco tupi.

E hoje em que apenas a enchente do rio
Cem vezes hei visto crescer – abaixar...
Já restam bem poucos dos teus qu’inda possam
Dos seus, que já dormem, os ossos levar. (CAMILO, 2016, 139-143)

É importante levar em consideração, como ressalta o crítico literário Vagner Camilo, que este poema foi publicado inteiro apenas na primeira edição de *Primeiros Cantos*. Nas edições posteriores, ele aparece dividido em dois e foi retirado o trecho que marca a ligação entre os dois momentos históricos. (2016, p.135-136)

Ao pensarmos o assentimento do resenhista liberal sobre os termos de Gonçalves de Magalhães, lembramos ainda as palavras de Gonçalves Dias em *Meditação* sobre os partidos no Brasil:

E os homens, que se haviam congregado para perfazerem a obra da redenção dividiram-se depois da lide em massas poderosas, não segundo a diversidade das opiniões, porém segundo a variedade das cores.

E estas grandes divisões formavam o concílio do povo, que discutia seus interesses.

E os homens que costumam a raciocinar sobre as cousas, como elas são e não como devem ser, levantaram-se e disseram: (1909, p. 65)

A isso se seguem argumentos cínicos sobre a manutenção da opressão racial, pois aqueles que discorriam, só pensavam em manter a ordem social como estava.

O último argumento de Gonçalves de Magalhães sobre a “incivilização” do Maranhão e sua propensão às rebeldias gira em torno da religiosidade (1858, p.17-18). Contudo, o autor liberal afirma que Gonçalves de Magalhães teve essa impressão por ter passado pela província em um momento de caos. Contudo, nenhum dos autores comentam que nas declarações de Raimundo Gomes, um dos principais líderes da Balaiada, sempre aparece a defesa da Igreja Católica.

O liberalismo cabe as camadas populares?

O estopim da Balaiada esteve diretamente ligado à lei de prefeitos, que fora aprovada pelo presidente da província. Com esta lei, muitas das atribuições do juiz de paz – eleito – passariam a ser realizadas pelos prefeitos, escolhidos pelo presidente da província, que, por sua vez, era escolhido pelo governo central, de tal modo afastando a população local dos espaços de intervenção política. Como demonstra Monica Dantas, apesar do voto ser censitário, ele era possível para a maior parte da população, fazendo com que a decisão causasse um grande impacto entre os homens livres pobres (2011, p. 535). Os liberais do Maranhão, aleijados do poder desde 1837, com a ascensão do presidente de província Camargo, ligado ao grupo conservador, se viam com maiores dificuldades de voltar a ele com essa lei. Desta forma, a relação entre província e império foi central na Balaiada.

Gonçalves de Magalhães inicia seu texto com uma reflexão “filosófica” sobre o motivo das revoltas provinciais que haviam se espalhado pelo Brasil naquele momento.

Nada há que espantar-nos deva nesta série de rebeliões que desde a época da nossa Independência até hoje têm arrebatado nas províncias do Império. Os povos livres, e os que procuram ser, se removem continuamente, ambiciosos do bem sonhado, e impacientes do que lhes escapa; mas ativa e vertiginosa é sua vida, e sujeita às alterações provenientes do exaltamento das ideias; além de que vivemos em época de transição, em que pensamentos de reforma são os que ocupam o espírito humano. Estrangeiras são as nossas instituições, mal e intempestivamente enxertadas, avessas aos nossos costumes e naturais tendências, e em desacordo com a vastidão de um terreno sem tamanho, e diferenças inconciliáveis de classes. O caráter transitório do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas dúvidas, em contínuas expectativas e malogradas experiências, quase que perdemos a fé do futuro. Se porem, aos olhos do filósofo, tais acontecimentos, consequências legítimas de princípios conhecidos, facilmente se explicam, o mesmo não sucede ao vulgo, a quem se apresentam os factos desligados de suas verdadeiras causas, supondo assim outras, e muitas vezes exagerando aquelas que lhe embute a perversa política dos partidos; e essa mesma falsa política do tempo, gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo espírito efêmero da época, tem propagado o ceticismo, e impellido o Brasil no desfiladeiro das rebeliões. (1858, p. 11-12)

O texto inicia afirmando a “naturalidade” das rebeliões, próprias dos povos que querem ser livres, por isso, passíveis de ocorrerem em um país que acabara de conseguir sua independência. Afirma ainda que se trata de uma época de transições. Contudo, o valor positivo de uma época em que se busca a liberdade é invertido pelo caráter “estrangeiro” das novas instituições no Brasil. Acrescenta-se que essa continuidade de mudanças traria ceticismo “ao vulgo”, pois só os filósofos saberiam entendê-las sem dar maiores consequências, e isso faria que os partidos, com interesses “perversos” pudessem utilizá-las em benefícios próprios, empurrando o Brasil para o “desfiladeiro das rebeliões”. Desta forma, o que inicialmente foi visto com naturalidade, passa a ser tratado como algo fatal para a nação que se construía. Destacamos também a clara divisão que o autor traça entre a elite intelectual e a população fadada a ser ludibriada.

Os interesses partidários continuam sendo criticados nos próximos parágrafos deste primeiro capítulo, o que também nos leva a um dos principais eixos do texto: a construção da figura heroificada de Luís Alves de Lima e Silva. Enviado da corte e acima dos “interesses locais” e das “disputas partidárias” (o autor omite que ele faz parte do partido conservador), ele conseguiria sufocar a Revolta. Gonçalves de Magalhães enfatiza o trecho do discurso de Alves de Lima, em sua proclamação como Presidente da Província, no qual ele se afirma “mais militar do que político”.

Nunca autoridade alguma tão fielmente cumpriu sua promessa de retidão e de imparcialidade: “Maranhenses (diz a proclamação), mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existem.” E nisto mesmo mostrou ele que compreendia a boa política, tão bem como a ciência da guerra. (1858, p. 83)

Desta forma, além da questão partidária, podemos observar a construção da superioridade da ordem que vem ligada ao poder central em comparação com as forças políticas locais. Criando o efeito imparcialidade entre os partidos, também notamos a ferrenha crítica à presidência de Camargo, na qual ocorreram vários exemplos de corrupção que Alves de Lima teria dado termo. Gonçalves de Magalhães também constrói o efeito de imparcialidade entre os dois partidos ao afirmar que os jornais de ambos se atacavam mutuamente, os primeiros dando grande ênfase a lei dos prefeitos. Ainda assim, é ao partido Bem-te-vi que cabe a culpa pela revolta, como observamos na descrição de Raimundo Gomes:

Aos 13 de dezembro de 1838, na vila da Manga, situada na margem esquerda do Iguará, comarca do Itapecuru apresentou-se um certo Raymundo Gomes, homem de cor assaz escura, acompanhado de nove de sua raça; arrombaram a cadeia da vila e soltaram os presos criminosos. Existiam na vila vinte e tantas praças as ordens do subprefeito, as quais iscadas do mesmo espirito, incorporaram-se a Raymundo Gomes: começou logo este rebelde a prender comissários, e a pregar contra os prefeitos e contra o presidente, á. quem pretendia derrubar, e em seu lugar levantar o vice-presidente, conhecido por oposicionista. Que mão oculta dirigia este drama não se pode duvidar. Era Raymundo Gomes incapaz de tomar por si uma tal resolução, posto que por seus hábitos muito próprio para executa-la. Nascido no Piauí e filho dessa raça cruzada de índios e negros de que tratamos, criado no campo entre o gado que pastorava, prestando a sua faca às vinganças próprias e alheias, leigo nas letras humanas, apenas conhecido por alguns assassinatos de que impunemente vivia, manchado pela perversidade dos costumes que relatamos e ineficácia das leis, não se arrojará a perturbar a tranquilidade publica por motivos políticos, sem estranho impulso; e quando ousasse, abortaria a sua audácia a não encontrar o decidido apoio, que incontestavelmente lhe foi dado. Instrumento estúpido de um cego partido que cuidou poder, quando lhe aprovesse, fechar o dique da cólera popular, Raymundo Gomes, o vaqueiro assassino, converteu-se em chefe do partido Bemtevi! e os que o levantaram do pó da terra envergonharam-se de sua obra. (1858, p. 23-24)

A descrição de Raimundo Gomes fixa em sua cor a sua “incapacidade” de liderar uma revolta que tinha premissas filosóficas liberais. Contudo, ainda que fosse incapaz de refletir sobre as motivações que o impeliam a rebelar-se, devido a sua “raça”, seria próprio de sua conduta iniciar algo violento. Isto faria dele um mero “instrumento estúpido” do partido, que, após iniciada a revolta, não conseguira pará-la e, por isso, se envergonharia. Assim, mesmo que fortemente crítico ao partido liberal, que teria iniciado a revolta, os

atos mais violentos que dela decorreram são afastados de suas mãos por Gonçalves de Magalhães. Podemos entender que, brancos, eles não seriam próprios para os atos violentos descritos. Eles haviam sido irresponsáveis de tê-la iniciado, mas teriam tido intensão de pará-la. De qualquer forma, esta ligação revolta o resenhista que afirma: “Isto é pura fantasia do autor, levado de informações falsas” (1858, p. VIII). Lemos no texto liberal a seguinte crítica em relação a aliança entre os bem-te-vis e Raimundo Gomes:

É falso que a revolta de 1839 fosse feita por um partido ou influenciada em alguma cousa pelos chefes do partido bem-te-vi da capital. Como é que se pode acreditar que um partido popular, forte, e imenso, reunindo em si tudo quanto havia de melhor na província—em talentos, moralidade e fortuna — tentasse uma revolta, dando-lhe por nascença, não a capital, ou um grande centro de população; mas uma pequena vila, e que apresentasse como chefe desse movimento político a um miserável, baldo de tudo, e seguido apenas por nove companheiros! (1858, p. VIII)

Assim, a grandiosidade do partido, a riqueza e intelectualidade de seus membros impediriam de estarem ligados a uma revolta iniciada pelas camadas mais pobres. Para ele a revolta decorreria do mal governo, o que seria possível de ser depreendido da própria obra de Magalhães:

Pela leitura da memória histórica do Sr. Dr. Magalhães não se depreende clara e positivamente que essa revolta teve só por causal a opressão feita ao povo pelo governo, principalmente na execução da iníqua lei dos prefeitos? Os sofrimentos, os vexames, as atropelações, eram, em verdade, gerais; mas um partido grande e honesto, como era o *bem-te-vi*, se se abalçasse a repelir por meio das armas os arbítrios de seus contrários, não iria por certo encarregar d'isso a um Raymundo Gomes. (1858, p.VIII)

Assim, o autor afasta a possibilidade da liderança liberal da revolta, mas mantém a crítica ao governo conservador que, com sua política, traria opressão e revolta ao povo.

Gonçalves de Magalhães, ao tratar de Cosme, liberto que liderou os escravos durante a revolta, afirma em sua primeira citação que era um “feiticeiro” (apesar de toda a ênfase em uma história factual) e mais de uma vez é descrito como “facinoroso fugitivo”, que assustava fortemente os fazendeiros, pois expandia o medo de uma ampla revolta escrava. Ele também salienta que Cosme assinava como Imperador Bem-te-vi. Sobre isto lemos no prefácio do autor liberal:

Outro troço de revoltosos, os do comando de Cosme, não era formado de escravos amocanbados? Porventura seriam eles partidários? Quanto a usarem do nome de um partido, isso nada prova: careciam de um título e foram-no pedir ao partido popular. (...) Quanto a usarem do nome de um partido, isso

nada prova: careciam de um título e foram-no pedir ao partido popular. (1858, p. IX)

Para o autor, mesmo que ainda seja importante salientar a característica popular do partido, que faria com que seu nome fosse usado, nega a aproximação real com a revolta, propriamente popular, o que converge com a posição de Gonçalves Magalhães:

Qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; nelas se ele germina, e daí, como o contágio, se vai estendendo até a choupana, d'onde reage. (1858, p. 12)

Este trecho faz parte do já citado primeiro capítulo, sobre o qual o resenhista afirma que Gonçalves de Magalhães “Começa ele por provar-nos com razões profundamente filosóficas a causa das diversas revoluções do Brasil” (1858, p. VII).

Em *Meditação* de Gonçalves Dias, o velho que desvenda a realidade para o jovem otimista o leva para assistir uma reunião da elite. Nela, um moço propõe realizar melhorias para a população para continuarem recebendo glórias, o que é refutado por quatro velhos, sendo que o último dá a solução para o desejo do rapaz, sem precisar melhorarem o país:

Não basta que sejamos úteis a nós mesmos, e preciso também que saibamos reter o lugar eminente em que a mãe de Deus nos há colocado.
Porque seria covardia abandoná-lo e rir-se-iam os homens de o não termos sabido conservar.
Acendemos pois o facho da discórdia, e arremessemos-la no meio do povo vitorioso e do povo vencido – e no meio dos nossos próprios filhos para que eles se despedacem mutuamente.
Chegaremos assim a tornarmo-nos necessários; e ninguém melhor do que nós saberá qual é o nervo das revoluções.
E ninguém melhor do que nós saberá cortá-lo quando não precisarmos mais dele.
Embora se acostume o povo a bacanais de sangue e cresça o ódio inextinguível entre os homens que são nossos irmãos por interessar – e os que são por nascimento.
Porque nós seremos necessários – e o nosso domínio se conservará ileso com o furor das turbas.
E o povo nos bem dirá quando extinguirmos um dos fachos da revolta, que nós mesmos tivermos acendido. (1909, p.82)

Assim, o texto de Gonçalves Dias, ainda que mais crítico aos excessos das forças da ordem, também reafirma a população sendo levada pelos interesses das elites. Lembremo-nos também, quando se fala das elites apagando o fogo das revoltas que eles mesmo causaram, que os fazendeiros que participaram da Balaiada, como forma de serem

anistiados, passaram para o lado da ordem e participaram do massacre dos balaíos, sendo o último ponto de resistência Cosme.

Durante a própria revolta, enquanto os líderes balaíos assinavam como bem-te-vis, o jornal liberal passava a negar sua participação. Contudo, não podemos negar que ideias que circularam nesse jornal foram fundamentais para estes acontecimentos. Desta forma, ao defender um programa que continha ideias de cidadania, os insurgentes demonstraram ter se apropriado desses temas. O caráter iluminista de seus feitos pode ser exemplificado com a criação de escolas para as crianças aquilombadas por Cosme.

Ao tratar do fim da revolta, Gonçalves de Magalhães se volta mais uma vez para heroicizar a figura do futuro Duque de Caxias, trazendo uma lição moral junto ao “final feliz” da pacificação:

Havemos concluído a história da rebelião de dois anos da província do Maranhão, nascida, como vimos, das pretensões de dois partidos rancorosos; partejada pela parcial e decisiva proteção de um presidente, sustentada pela ignorância das massas brutas postas em movimento; animada pelo espírito de rapina, prolongada pela negligencia, imperícia e fraqueza dos que a ela se opuseram em princípio; sufocada enfim no seu maior ponto de desenvolvimento pelos corajosos esforços e sacrifícios do Exm. Sr. Luiz Alves de Lima; justificada pelo triunfo nas eleições do partido que lhe deu o nome, e por fim anistiada pelo governo imperial, ficando para o presente uma lição infrutífera, escrita com caráter de sangue, e para o futuro um documento dos nossos desregramentos e imoralidade. (1858, p. 151)

Em Gonçalves Dias, também há espaço para o “final feliz” em “Vila maldita, cidade de Deus”, em que após narrar o triste final de uma donzela pura e sua mãe, de seu amado e de um bom velho, exemplificando a carnificina provocada pelas forças da ordem, conclui:

Meninos, homens e mulheres, - todos
Já rojam sobre o pó;
Mas o Deus, o Deus bom já está vingado
Por ela já sente dó
E a vila d'outrora mais ruidosa,
Lá ressurgiu cidade;
Porque o Deus da justiça, o das armadas,
O Deus é de bondade. (2001, p. 128)

Já em “Morro do Alecrim”, tendo o indígena como eu lírico, conforme vimos, há um pedido pela vingança dos deuses contra os que massacraram e em “Desordem em Caxias”, a ênfase recai sobre os mortos:

Mas as vítimas tristes, cruentas,
Que hoje dormem na campa florida
Nas funéreas mortalhas sangrentas
Envolvidas, irei visitar:
Lindas flores na aurora da vida!
Murchas flores p'ra terra inclinadas!
Ah! Por todas no pó desfolhadas!
Ao Senhor compassivo hei-de orar (2001, p. 229)

Conclusão

Mesmo que encontremos importantes diferenças entre a visão “conservadora” de Gonçalves de Magalhães e de seu comentador liberal, é notável o encontro entre suas perspectivas raciais e de classe. Ambas destoam das representações poéticas de Gonçalves Dias, que enfatiza a violência perpetrada pelas elites contra os escravos e no “apaziguamento” das revoltas. Ainda assim, é o autor que fala de maneira menos clara, devido as características formais de seu texto (declaradamente “obra literária”), e no qual encontramos maiores efeitos de autocensura, retirando e modificando poemas com o decorrer do tempo. Atitude que pode ter sido influenciada pela sua participação cada vez maior no quadro do funcionalismo público do Império.

Enfatizamos ainda as diferentes concepções de verdade em jogo, se nas obras “historiográficas” observamos a exaltação do documento oficial como verdadeiro, em poemas de estética romântica a verdade buscada é a verdade dos sentimentos e, assim, a dor provocada pela repressão à revolta ganha maior destaque. O romantismo também traz uma ruptura com valores maniqueístas. Conforme aponta Isaiah Berlin, se torna possível ver heróis dos dois lados das Cruzadas e os anti-heróis ganham força literária, como no caso de *Os bandoleiros* de Schiller. Desta forma, é plausível para Gonçalves Dias escrever poemas que se distanciem dos ideais da revolta, mas tematize a dor causada pelas forças da “ordem”.

Ainda assim, sob os três pontos de vista, encontramos um olhar sobre a população mestiça livre e pobre que limita sua capacidade de agência.

Bibliografia

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 9, 1847, p. 425.

Autor não definido. “Breves Reflexões acerca da Revolução da Província do Maranhão pelo Sr. Dr. Domingos Gonçalves de Magalhães”. In. MAGALHÃES, Domingos

Gonçalves de. *A Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1841. Memória Histórica Documentada*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1858

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. “Sustentar a constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador’. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções*. Homens Livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 295-397.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Novos Estudos*. CEBRAP, nº 23, março de 1989.

BERLIN, Isaiah. *As raízes do Romantismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2015

CAMILO, Vagner. Revoltas Provinciais: Testemunhos Poéticos. In. *Teresa*. Revista de Literatura Brasileira. 17, 2016, 135-166.

DANTAS, Monica Duarte. “Epílogo. Homens livres pobres e libertos da política no Império”. In: _____. *Revoltas, Motins, Revoluções*. Homens Livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DIAS, Antonio Gonçalves. *Obras Póstumas de Gonçalves Dias. Meditação*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909.

DIAS, _____. *Cantos*. Introdução e fixação de texto Cilaine Alves Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. *A Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1841. Memória Histórica Documentada*. São Luis: Tipografia do Progresso, 1858.

MATTOS, B. Nota do Editor In. MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. *A Revolução da Província do Maranhão. Desde 1839 até 1841. Memória Histórica Documentada*. São Luis: Tipografia do Progresso, 1858

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. V. 2. Rio de Janeiro: Topsbooks, 1997.

SCWARCZ, Lilian Moritz. *As Barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.